

Diário Notícias

27-04-2015

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Economia**Dimensão:** 2557**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/10/11**ENTREVISTA****Paulo Trigo
Pereira: baixar
impostos só
depois de 2019**

● Economista que participou no programa económico do PS admite que até ao fim da legislatura não será possível aliviar a carga fiscal. O objetivo é reduzir a austeridade mais depressa. **PORTUGAL** PÁGS. 10 E 11

ENTREVISTA: PAULO TRIGO PEREIRA

Professor catedrático do ISEG, economista e especialista em finanças públicas

Faz parte do grupo de 12 economistas convidados pelo PS para construir um cenário macroeconómico alternativo ao do governo. Diz que os socialistas vão insistir no rigor orçamental e que até ao fim da legislatura não será possível baixar impostos. Ainda assim, a reposição mais veloz dos salários na função pública e a redução da TSU para os trabalhadores têm impacto orçamental. Terá sido bem calculado o esforço? Será arriscado? Trigo Pereira diz que não, embora admita desvios

Baixar os impostos só depois de 2019

ANDRÉ MACEDO

No cenário que constroem, o desemprego cai para 7,4% em 2019. Acredita mesmo nessa hipótese hoje tão distante?

Neste grupo, tivemos aquele que eu considero o maior especialista em mercado de trabalho em Portugal, o Mário Centeno. Esse cenário pode de facto ser ligeiramente otimista, vai depender do impacto das medidas, a economia não é uma ciência exata, como sabe. Eu não sou especialista em mercado de trabalho, mas gostaria imenso que este cenário se concretizasse e tenho bastante confiança no economista que coordenou o trabalho.

Houve um acordo entre os 12 economistas em relação ao desemprego ou é uma questão de confiança no coordenador?

Nós não temos fé no coordenador, temos um instrumento analítico, um modelo, e é a partir dele que se obtém estes resultados. Não é uma questão de fé, é uma questão de o modelo estar melhor ou pior calibrado. Nós achamos que está bem, trabalhamos nele muitos meses. **Ficaria abaixo do aumento do desemprego da zona euro...**

Sim. A nossa convicção é que estas políticas vão ter grande impacto no mercado de trabalho, e a prova de que as medidas de política têm um impacto é, por exemplo, esta última taxa da fiscalidade verde sobre os sacos de plástico. As pessoas não acreditavam e hoje vai-se a um supermercado e praticamente não se vê sacos de plástico. Portanto, as medidas de política quando são bem desenhadas têm impacto, mas têm de ser bem desenhadas.

Se o desemprego não cair tanto, as prestações sociais também não vão cair tanto, há mais despesa para o Estado, menos receita via IRS, menos consumo, ou seja, a meta de crescimento também fica em causa, fica tudo em causa...

Há dois lados da resposta. O primeiro é dizer assim: qualquer cenário tem riscos, tanto é assim que,

por exemplo, o governo apresentou os seus objetivos em relação ao peso da despesa pública no PIB e eram muitíssimo menores do que são hoje. Ou seja, este governo achou que conseguia cortar radicalmente as gorduras e não o conseguiu fazer. **A despesa pública baixava para cerca de 40% do PIB...**

Sim, e hoje são cerca de 48%. Isto eu não acho que seja um risco, foi uma má previsão, revelou desconhecimento profundo sobre o que era o Estado e o que era a estrutura da despesa pública. Este governo ignorava completamente onde se estava a meter, daí aquela famosa frase de cortar as gorduras. Depois, quando foram analisar a despesa pública, chegaram à conclusão de que não era assim tão fácil porque são pensões, são juros, são funcionários públicos. Portanto, o governo fez um mau diagnóstico e não conseguiu implantar aquilo que pretendia. Nós, no diagnóstico, penso que temos um conhecimento muito mais realista do que é o país, conhecemos a estrutura da despesa pública, conhecemos o mercado de trabalho. O nosso relatório começa por um diagnóstico, e isso é fundamental.

O memorando da troika era uma espécie de diagnóstico.

Não querendo fugir à sua questão, nós temos de partir primeiro de um bom diagnóstico da situação do país. A partir daqui fizemos vários cenários, não fizemos só este, mas o papel dos governos é tentar puxar pela economia, pelo emprego e também criar finanças públicas sustentadas. É evidente que se me disser que se o crescimento for um bocadinho abaixo daquilo que nós prevemos o desemprego será um bocadinho acima, é verdade, mas temos alguma margem para acomodar algum desvio em relação ao nosso cenário central. Basta dizer, por exemplo, que consideramos uma poupança em juros inferior à que o governo

prevê no Programa de Estabilidade. Portanto, não há muita margem, mas há alguma margem para acomodar riscos.

Há mais alguma área que me possa identificar em que possam existir essas almofadas?

Isto não é um Programa de Estabilidade, há várias coisas que não estão nem no nosso modelo nem no modelo da Comissão Europeia. O governo, por exemplo, é muito mais otimista do que nós na redução do rácio da dívida no PIB.

Dez pontos percentuais a menos do que o PS prevê.

É brutal.

O PS estima reduzir para 117% do PIB.

... e o governo 107% e a Comissão 121%. Ora bem, eu gostava de perguntar ao governo se considerou as necessidades de recapitalização das empresas públicas. Uma coisa é a banca, assunto resolvido, mas ainda há as empresas públicas, e isso não passou, vai continuar a haver necessidades de financiamento do Estado para as empresas públicas. Isso não pode estar nas contas do governo. Com os números que apresentou, não pode estar. **E nas contas do PS está?**

Nas nossas contas também não está. O que significa que teríamos de pôr mais alguma coisa e seria ligeiramente acima do valor que está aqui. **E não puseram porque?**

Porque isto não é um programa de estabilidade. É um cenário macroeconómico desenhado a partir de medidas de política assumindo como cenário de referência o da Comissão Europeia, e eles não calcularam isso. Agora, veja que estamos mais próximos da Comissão do que do governo. Portanto, é surpreendente que da área governamental tenham comentado este trabalho como sendo otimista quando o otimismo está muito do lado deles. No caso da dívida e do PIB, o cenário deles é mais otimista, no

saldo primário também. O nosso será otimista no crescimento e no emprego. São caminhos diferentes. **Quando olhamos para o investimento previsto vemos um salto triplo entre 2015 e 2016. Como se consegue chegar a esse valor?**

Há sobretudo duas razões que o explicam. A primeira é que as condições de financiamento da economia estão muitíssimo melhores devido ao plano Draghi. A banca consegue financiar-se a taxas muito inferiores. É certo que as empresas estão altamente endividadas.

Cerca de 220% ou mais do PIB. Exatamente. E isso é um problema, mas as condições de financiamento melhoraram. O segundo aspeto é que estamos a iniciar um novo quadro comunitário e é normal – e não digo isto sequer como crítica ao governo – que suba a taxa em termos absolutos da execução. Este ano, praticamente ainda nada foi executado, está-se a trabalhar ainda o quadro anterior. O que nós propomos é acelerar a execução dos fundos estruturais em 2016 e em 2017. Se isso for feito...

Estão a contar com a necessidade de estudar os dossiês? Isso leva tempo, demora sempre muito mais do que o previsto...

O timing destas eleições não é nada favorável. Quer dizer, eleições em cima de um Orçamento do Estado é uma coisa que não passa pela cabeça de ninguém, mas é a vida, como diz o outro... Se houver uma boa transmissão de pastas, assumindo que o PS assume a liderança do governo, não anticipo problemas. Temos casos em Portugal em que os ministros saem e levam tudo com eles. Tudo. Deixam os ministérios vazios. Eu não acredito – conheço pessoalmente o professor Miguel Poiars Maduro – que se o PSD perder as eleições e o PS ganhar ele não faça uma transição de pastas fornecendo, digamos assim, toda a informação a quem vier a seguir.

Falemos da redução da taxa social única (TSU) para trabalhadores. É uma espécie de plafonamento, ideia que o PS sempre desprezou...



Aos 55 anos, casado e com duas filhas, Paulo Trigo Pereira é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde agora dá aulas. Especialista em economia e finanças públicas, foi convidado para integrar o grupo de economistas que compôs o plano económico do PS



Discordo. Vamos reduzir a taxa contributiva para a Segurança Social de uma forma neutra, o que significa que o trabalhador pode substituir o consumo presente em vez do consumo futuro. Obviamente, se optar, mas não é uma imposição, e isto é muito importante... se ele optar por consumir mais poderá ter uma pensão um pouco mais reduzida no futuro. Isto não é plafonamento.

E o impacto no financiamento da Segurança Social, que hoje já não se consegue financiar só com as contribuições, precisa de transferências do Orçamento do Estado? Há um problema na Segurança Social que reconhecemos explicitamente no relatório. Qualquer pessoa que saiba o mínimo sobre as contas da Segurança Social sabe que não vão ser nada fáceis os próximos anos. Por isso dizemos que é preciso concertação social e política para lidar com este assunto.

O congelamento das pensões...

A nossa via para atacar o problema é a via do crescimento e do emprego, e essa é a diferença em relação ao governo. As pessoas não têm noção de que o facto de o desemprego ter disparado aumentou 500 milhões de euros os custos com o subsídio de desemprego, em três anos. Há um conjunto de despesas de prestações sociais que serão reduzidas drasticamente se conseguirmos pôr a economia a crescer e conseguirmos criar emprego. A estratégia deste documento é o crescimento e o emprego e todas as nossas medidas são dirigidas a crescimento, emprego, coesão social e justiça social.

Uma das formas como pretendem cobrir a redução da receita da TSU passa por penalizar os contratos a prazo. Avaliaram a flexibilidade que, por exemplo, as novas empresas perdem?

Em termos comparativos, Portugal tem um mercado de trabalho com um peso de contratos temporários, os contratos a termo, excessivo. Isso tem um efeito muito nefasto na economia. Quer do lado da empresa quer do lado do trabalhador. Do lado da empresa, se tem um trabalhador a termo, ela sabe que o investimento que vai fazer não é tão grande como seria. O chamado investimento em capital humano será muito menor. O investimento que o próprio trabalhador faz na relação laboral também é mais fraco. Ora isto diminui a produtividade. O que propomos é, por um lado, introduzir um mecanismo de penalização das empresas que usam em excesso esta rotação excessiva de trabalhadores; por outro, dar maior incentivo a essas empresas para terem contratos sem termo, a tempo indeterminado. Paralelamente, propomos um mecanismo conciliatório para o despedimento individual, associado a uma maior indemnização do que está previsto na lei. No fundo atuamos nos dois lados. O que queremos é reduzir os contratos a prazo à sua função, não à regra. A função de um contrato a termo, que no fundo é potencial de desemprego a termo, é substituir ca-

rências temporárias de trabalhadores. O problema é que isso não acontece, há contratos a termo que nunca se tornam permanentes.

É curioso dizer isso porque o vosso relatório nunca fala de recibos verdes...

Essa é uma lacuna, mas isto não é... **Não é o programa de governo do PS.**

Exatamente. Estou convicto de que essa temática dos recibos verdes vai ser introduzida no programa económico do PS. Tem, a meu ver, duas vantagens essenciais. A primeira é dar direitos a todas essas pessoas que trabalham de forma precária, estão fora do sistema. Ou seja, integrar os verdadeiros precários e dar-lhes direitos. Eles não têm direitos nenhuns. É uma chaga social que o país tem de resolver... mas nós de facto não abordamos isso.

Porque não abordaram se é assim tão importante?

Há quatro ou cinco coisas importantes que não abordámos. Nós somos todos profissionais, temos a nossa profissão, e isto foi um trabalho adicional que nos propusemos fazer e que nos ocupou bastante tempo durante quatro meses, mas não tocámos em tudo. Não tocámos nos recibos verdes, não tocámos na justiça porque não tínhamos um especialista em governação da justiça, apesar de ser uma área importantíssima para o investimento.

Não falaram de justiça?

Discutimo-lo no grupo, é muito mais importante pôr o sistema de justiça a funcionar célere, nomeadamente na relação com as empresas, e isso é mais importante, tem mais impacto, do que a queda do IRC.

Portanto, recibos verdes, justiça, o que não trataram mais?

As rendas excessivas da energia, que têm muito impacto nas empresas. Nos consumidores, são as telecomunicações. Penso que é algo que deveria ser estudado. Debruçámo-nos um bocadinho sobre a regulação, mas não fomos ao pormenor que o assunto merecia. É algo que ainda pode vir a ser feito.

Mais algum ponto-chave que ficou de fora?

Todo o pacote das relações financeiras com as regiões autónomas, as autarquias locais. É uma área em que pode haver ganhos. Aliás, foi uma das coisas que não foram feitas nestes anos. Estava previsto no memorando, mas não foi feita nenhuma reorganização administrativa. Houve aquilo de reduzir o número de freguesias, mas o impacto na despesa pública é zero. Acho que há alguma margem para repensar as coisas, torná-las mais calibradas.

Deixaram cair a redução do IRC, acordada pelo anterior secretário-geral do PS. É um tema para esquecer de vez? Não aumentaria a capacidade de incentivar o investimento privado?

Continuamos num período de consolidação, vamos precisar de mais

uma legislatura para a consolidação orçamental. A nossa proposta é a de suavizar a austeridade muito mais rapidamente do que a proposta do governo, mas precisamos de uma legislatura antes de conseguir baixar impostos significativamente. É óbvio que nós, economistas – penso que o PS também –, queremos baixar impostos. Após o final da legislatura, em 2019, acho que aí é expectável retomarmos a queda do IRC. Até lá não há condições financeiras. Temos de reduzir o défice. **É a primeira vez que toca nesse tema...**

Neste momento é clara para a direcção do PS a necessidade de rigor orçamental e de cumprir as condições do Pacto de Estabilidade.

Mas aquilo que a Comissão Europeia exige é uma consolidação mais rápida do que esta que está prevista pelo PS...

Há duas maneiras de governar: ser bom aluno, que é basicamente o que este governo fez ou tentou – a Comissão Europeia diz e nós fazemos. Ou ser um bom aluno inteligente e usar toda a flexibilidade que existe. Posso dar um exemplo: o saldo estrutural.

É algo que pode ser calculado de variadíssimas maneiras. Portanto, acreditar que é possível introduzir um procedimento de défice excessivo estrutural a um país é de quem não percebe nada daquilo de que está a falar. O que significa que qualquer valor para o saldo estrutural pode ser contestado. É tão simples como isto. E eu, se tivesse de o fazer, como há várias metodologias, escolhia a que me dá o melhor valor para o saldo estrutural. Ambas são válidas, são diferentes. O aluno inteligente explora, em função da sua estratégia económica, as margens existentes. O aluno obediente, que foi o que este governo fez, e mal, não explora todas as margens de manobra porque não tem essa atitude. A atitude do governo PS – espero eu que seja uma atitude, acho que vai ser – é ser responsável nas finanças públicas e audacious noutras medidas.

Reconhece que a margem de manobra é maior do que em 2011, quando foi eleito Passos Coelho. Há dois dados que levaram ao resgate. Um foi o rácio da dívida do PIB e outro foi a taxa de juro. Hoje, o rácio da dívida do PIB está muito maior. Se não fosse Mario Draghi, o BCE e o trabalho excelente que estão a fazer, estávamos com outro resgate em cima. Se houver outro problema – não é só a Grécia, um problema na Ucrânia, um conflito à escala europeia que crie pânico nos mercados –, as taxas de juro vão subir e nós teríamos um resgate no dia seguinte. **Então a redução do défice e da dívida mais acelerada prevista pelo governo é imprudente?**

Não é prudente porque não vai acontecer. Eu não acredito naqueles números de queda da dívida. Não acredito nos números do governo.

“
Não acredito nos números de queda da dívida do governo”